

Camila Aparecida Pio | Edméia Maria de Lima  
Eliane Cleide da Silva Czernisz  
(Organizadoras)

PESQUISA EM  
POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS:  

---

contribuições para o debate



**Coordenação editorial:** Rafael Silvaro  
**Capa, projeto gráfico e diagramação:** Danielle V. Cardoso  
**Revisão de textos:** Marcelo Silveira  
**Banco de imagens:** Freepik

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

**Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846**

---

**P662p Pio**, Camila Aparecida; **Lima**, Edméia Maria de; **Czernisz**, Eliane Cleide da Silva (org.).

Pesquisa em políticas educacionais: contribuições para o debate / Organizadoras: Camila Aparecida Pio, Edméia Maria de Lima e Eliane Cleide da Silva Czernisz; Prefácio de Sandra Regina de Oliveira Garcia. -- 1. ed. -- Londrina, PR : Editora Madrepérola, 2023.

260 p.

Inclui bibliografia.

**ISBN 978-65-5046-021**

1. Docente. 2. Ensino. 3. Políticas Educacionais. 4. Trabalho. I. Título. II. Assunto. III. Autores. IV. Organizadoras.

**22-3004675**

**CDD 371.3:469**  
**CDU 37.013=134.3**

---

**ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO**

1. Didática - Métodos de ensino instrução e estudo – Pedagogia; Língua portuguesa.
2. Prática pedagógica; Português.

PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE	
	
1. ed. – Londrina, PR : Editora Madrepérola, 2023. ISBN 978-65-5046-021.	

## CAPÍTULO 8

# As reformas educacionais e seus impactos para a política educacional brasileira após 2016

---

Láís Negrão  
Sílvia Alves dos Santos

---

### INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de estudos e pesquisas em andamento, que buscam identificar as mudanças ocorridas na política educacional brasileira após o ano de 2016, bem como contribuir para a compreensão dos impactos dessas políticas para a formação de alunos e professores nas escolas públicas. A escolha desse marco temporal se dá pela aprovação de reformas educativas a partir desse período e que tiveram sérias consequências para o papel formador da educação pública na sociedade e da atuação do Estado na garantia desse direito social.

Os impactos da conjuntura político-governamental para realimentar o projeto neoliberal de sociedade parecem-nos levar a aprovação de políticas educacionais cada vez mais adaptativas, flexíveis, aligeiradas, bem ao gosto dos interesses do mercado fi-

nanceiro que se alteram conforme as competências e habilidades requeridas num determinado contexto histórico. (CHESNAIS, 2001).

Este texto está dividido em três momentos de discussão. No primeiro, apresentamos parte do contexto da política educacional desde o primeiro governo do presidente Lula até o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, mostrando como os governos petistas atuaram como coordenadores de uma política econômica que entendiam a educação como parte de uma política maior, tendo a inclusão como eixo para a construção de um projeto de sociedade mais justo.

No segundo momento discutimos os impactos da conjuntura pós *impeachment* como um cenário desastroso para a democracia e para a elaboração e aprovação de políticas inclusivas e de valorização da educação como direito social que deveria ser garantido pelo Estado. No terceiro apresentamos as reformas específicas (BNCC, Reforma do Ensino Médio, BNC/Formação) como diretrizes orientadoras da construção de um consenso em torno de uma política educacional pragmática, flexível e adaptativa que ao fim, distancia dos históricos objetivos formativos da escola pública e favorece o mercado financeiro com a venda de produtos educacionais.

Por fim, entendemos que a discussão apresentada pode contribuir para ampliar o debate sobre a temática e situar conjuntamente as políticas educacionais que foram aprovadas a partir desse cenário de mudanças e impactos que vivemos a partir de 2016.

## A POLÍTICA GOVERNAMENTAL E A REALIMENTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL DE SOCIEDADE

Com a virada do século XXI ficou evidente o insucesso da política econômica neoliberal adotada ao longo dos anos 1990 e, por conta disso, era necessária uma readequação no campo

político. Essa readequação, embora carregada de contradições e especificidades possibilitou, na maioria dos países sul-americanos, a eleição de governos com orientação desenvolvimentista ou alinhada ao socialismo.

Na eleição presidencial brasileira tivemos uma mudança significativa na escolha para presidente e pela primeira vez uma candidatura considerada de esquerda ganhou as eleições no Brasil, outra novidade era o candidato Lula que tinha como características ser retirante, nordestino, trabalhador braçal e sindicalista.

Nas eleições de 2002, depois de perder 3 pleitos, Lula teve que se reinventar e com isso nasceu o slogan “Lulinha paz e amor” mostrando um candidato mais moderado e uma apresentação pessoal diferente do líder do partido que ganhou barba e terno bem cortados. Para comprovar esse programa mais moderado, em 2002, foi lançada a “Carta aos brasileiros” que firmava um compromisso com a estabilidade econômica e com os contratos, incluindo também um compromisso com o capital estrangeiro. Por mais que o governo Lula tenha evitado atritos com a elite, não podemos descartar as conquistas significativas que os governos petistas conquistaram no âmbito da ampliação de políticas públicas de caráter social.

Na área econômica podemos destacar o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) como sendo um grande avanço, principalmente, em relação aos outros países da América do Sul que, segundo Fiori (2013), alcançou o valor de 2,5 bilhões de dólares em 2011 enquanto o resto da América do Sul alcançava em torno de 1,6 bilhões de dólares.

No segundo mandato de Lula é importante destacar a participação na criação do bloco econômico Brasil, Rússia, Índia, China e África (BRICs). Esse grupo foi fundamental para a expansão do PIB mundial. Em 2009, a soma do PIB dos BRICs respondia em torno de 14% do PIB mundial.

Em relação as políticas internas uma que merece destaque foi a reforma da previdência implantada ainda no governo Lula. Barbosa (2013) destaca os três pontos principais dessa reforma que são: a elevação do valor do teto para contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a introdução de idade mínima para todos os funcionários públicos federais e a contribuição previdenciária compulsória de 11% por parte dos servidores inativos. O autor ainda coloca que o principal resultado dessas medidas foi estabilizar o déficit previdenciário dos servidores públicos. Essa reforma significou de certo modo um rompimento com parte do movimento sindical que apoiava o governo até o momento.

Outro ponto de destaque nos governos petistas foram as políticas sociais que tiveram um efeito positivo para o Brasil. Com esse investimento e com o aumento crescente do salário mínimo houve um impacto significativo na distribuição de renda e na redução da pobreza, fortalecendo também o mercado de trabalho por conta da redução da informalidade e do desemprego.

Uma das políticas sociais que mais ganhou destaque nesse período foi o programa Bolsa Família que não só visava combater a fome, mas também articulava e ampliava serviços sociais e projetos ofertados na área da saúde e da educação.

Outro grande destaque foi o programa Minha Casa Minha Vida que contribuiu para que milhares de pessoas carentes conquistassem sua casa própria com início da construção de um milhão de unidades habitacionais entre 2009 e 2010, a lógica desse programa foi “[...] ampliar a rede de proteção e inclusão social construída pelo governo federal com o acesso subsidiado à moradia para a população mais pobre”. (BARBOSA, 2013, p.83).

Novidade do governo petista foi o seu olhar para grupos historicamente menosprezados por políticas públicas, como por

exemplo, as mulheres. No governo Lula foi criada a Lei Maria da Penha, esse olhar para as mulheres foi expandido no governo Dilma que como nos explica Oliveira (2013), em 13 de março de 2013 lançou o programa “Mulher: viver sem a violência” que consta várias ações como a ampliação da Central de Atendimento 180, a Casa da Mulher Brasileira e a adequação e humanização dos serviços de saúde e segurança, entre outros direitos.

Ainda em relação as mulheres, em 2012, o governo Dilma fez outro grande avanço incluindo agora mulheres indígenas, lésbicas, jovens, idosas e com deficiência ao criar a Coordenação Geral da Diversidade que reafirma o compromisso com as políticas públicas voltadas para essa população, promovendo o combate a discriminação e o preconceito.

Assunto que ganhou destaque nos governos petistas foi a questão racial. Em 2003 o governo Lula criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) através da Medida Provisória nº 111/2003, mais tarde se converteu na Lei nº 10.678/2003 que representa o reconhecimento de uma demanda antiga do Movimento Negro Brasileiro. A Seppir serviu para ampliar o acesso da população negra aos direitos sociais e um dos seus maiores resultados foi a implantação de cotas para ingresso no ensino superior público e em carreiras do serviço público.

Costa (2013) coloca sobre a importância que os governos petistas deram para o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi implementado o programa Brasil Sorridente que visava à saúde bucal da população. Ocorreu também uma atenção especial à assistência farmacêutica com a ampliação na oferta de medicamentos para o SUS, com acesso universalizado pelo programa Farmácia Popular.

Na área da cultura também houve avanço. Ela passou a ser organizada como parte de uma política pública e como fomenta-

dora de valores, práticas e crenças que antes eram ocultadas pela lógica competitiva do mercado financeiro.

Do ponto de vista do cumprimento de uma agenda desenvolvimentista os governos petistas lograram êxito. No entanto, na esteira desses avanços, na tentativa de uma política conciliadora, podemos afirmar que a luta de classes não fora rompida. Embora Lula e Dilma tenham atuado como articuladores de uma política conciliadora do capital, isso não impediu que os interesses privados de grupos econômicos hegemônicos consolidassem um golpe na democracia brasileira.

Com a queda da presidenta Dilma em 2016 ocasionada por um processo de *impeachment* orquestrado em conluio com setores do congresso, do judiciário e da mídia comercial, assumiu o governo seu vice Michel Temer, da ala conservadora do antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A articulação em torno da tomada da Presidência da República contou, com além dos espetáculos ensejados pela mídia, um poder judiciário que se mostrou sedento pela manutenção de seus privilégios e incapaz de agir em favor da democracia, revivida recentemente com o pleito eleitoral de 2014, que conduzia novamente o Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.

Logo que tomou posse como Presidente da República, Michel Temer em aliança com os partidos que apoiaram o golpe começaram a introduzir as pautas reformistas, cujos objetivos retiravam direitos conquistados historicamente. As primeiras ações foram em torno da reforma trabalhista e previdenciária. Ambas as propostas, na visão de Neto e Santos (2017), só serviram para penalizar o trabalhador e ampliar o lucro de corporações empresariais. A reforma da previdência colocou algumas condições para a aposentadoria:

A Reforma da Previdência (PEC 287) coloca como condição para aposentadoria integral idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, combinado com 49 anos de contribuição. Para alcançá-la será necessário trabalhar e contribuir para a previdência, ininterruptamente, desde os 16 até os 65 anos de idade. (MOURA; FILHO, 2017, p.118).

Outra perda que podemos citar com essa reforma é a desconsideração que ela faz em relação as mulheres:

[...] a medida desconsidera especificidades da mulher ao eliminar o direito de idade mínima de aposentadoria menor que a dos homens. Nega-se a dupla (até tripla) jornada feminina no mundo do trabalho e em casa, pois ainda que já exista divisão de tarefas domésticas, ela não predomina na cultura machista brasileira. Isso tudo em um país em que, apesar do aumento da inserção feminina no mundo do trabalho, seu rendimento médio mensal alcançou 74,5% do masculino em 2014, sendo que elas tinham em média oito anos de estudo, e eles, 7,511; o índice de participação parlamentar das mulheres não alcança 10% (GENTILI, 2016, p.31); as mulheres estão submetidas aos mais variados tipos de violência em índices alarmantes. (MOURA; FILHO, 2017, p.118).

Outra medida tomada pelo governo Temer foi a aprovação da PEC nº 95, denominada de PEC dos gastos públicos, que congela os investimentos nas áreas sociais, entre elas educação e saúde, por um período de 20 anos. Essa decisão teve como justificativa a necessidade de reduzir os gastos públicos por conta da crise orçamentária fiscal que o Estado estava vivendo:

Esse raciocínio, aparentemente lógico, traz embutida uma racionalidade perversa, pois os recursos das áreas sociais serão limitados à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior, a partir de 2018, enquanto o pagamento e amortização dos juros da dívida não serão limitados (AMARAL, 2016). Isso, em um país onde 66% das famílias tem renda mensal de até R\$ 2.034,00; 46% de até R\$ 1.356,00; e apenas 1% tem rendimento mensal superior a R\$ 13.560,00. (IBGE, 2013); (MOURA; FILHO, 2017, p.119).

Dourado (2019) reitera que esse congelamento das despesas primárias por 20 anos irá acarretar em severas restrições para as políticas sociais, como a educação e o cumprimento do PNE.

Temer ainda encaminhou ações que destituíram desde secretarias importantes até ministérios, como por exemplo, o da Cultura, fundindo-o com outra pasta. Secretarias ligadas aos direitos humanos e a cultura foram fortemente atacadas por discursos na mídia e por parlamentares de que se tratavam de pastas ocupadas por militantes e não por técnicos. O governo Temer também fez o corte de verbas para setores sociais e ampliou o poder de repressão de órgãos ligados diretamente ao aparelho do Estado. (SANTOS; MALANCHEN, 2017).

Outra hábil decisão de Temer, aproveitando a conformação da sociedade com os discursos da mídia elitista, foi sedimentar a crença de que a saúde e a educação pública estavam em crise, sendo a melhor forma para resolvê-la era privatizando parte desses serviços. (SANTOS; MALANCHEN, 2017).

Ao tomar várias medidas de arrocho ou retirada de direitos trabalhistas e serviços sociais historicamente prestados pelo

estado, Temer deixa claro seu projeto de governo alinhado com os interesses do capital financeiro, em grande parte, estruturado dentro do próprio meio parlamentar com o apadrinhamento de grupos empresariais que circulam e sustentam a política brasileira. Neto e Santos (2017) apontam que

A atual política de austeridade econômica praticada pelo governo golpista, embasada no corte de investimentos no campo social empurram o país para um enorme abismo, no qual se destaca o aumento do desemprego, a inadimplência, o crescimento da pobreza, a desaceleração da economia e, por consequência, a inevitável recessão, ao contrário do que pensam e pregam os incompetentes gestores do campo econômico, aniquilando de uma vez por todas os direitos sociais conquistados com muita luta pelos movimentos organizados da sociedade brasileira, reconhecidos e assegurados pelos governos do Partido dos Trabalhadores. (NETO; SANTOS, 2017, p.173).

O projeto de Estado adotado por Temer foi aprofundado de forma ainda mais caótica pelo seu sucessor Jair Messias Bolsonaro. Apesar de se considerar um nacionalista, Bolsonaro dará continuidade ao projeto neoliberal de Temer e será adepto das privatizações e das parcerias com grandes empresas.

Quando bate no peito para afirmar seu patriotismo, Bolsonaro está sendo apenas teatral. Assim, hoje, ele não é inimigo do capital estrangeiro. Seu nacionalismo, hiperbólico na expressão, assume a forma de virulentas imagens de antissocialismo, antifeminismo e homofobia, por ele representadas como excrescências estranhas à alma brasileira. Com

o livre mercado, porém, não há discordâncias. É um nacionalismo pautado pelo paradoxo do populismo entreguista: totalmente disposto, ao menos em princípio, a entregar ativos nacionais a bancos e corporações globais. (ANDERSON, 2020, p.160).

Em relação as constantes desregulamentações iniciadas no governo Temer, Bolsonaro dá continuidade aos projetos que afetam diretamente a classe trabalhadora, como a Reforma da Previdência aprovada recentemente.

A prioridade é o desmantelamento do atual sistema previdenciário. Indefensável sob qualquer ponto de vista que leve em conta a justiça social, o sistema absorve um terço das receitas tributárias e destina mais da metade dos pagamentos de benefícios- que começam aos 55 anos de idade, na média para os homens- aos 20% mais ricos (juízes, autoridades e burocratas de alto escalão) e menos de 3% aos mais pobres. (ANDERSON, 2020, p.155).

Mais um alvo das falas ofensivas e das reformas de Bolsonaro e Paulo Guedes (Ministro da Economia) são os funcionários públicos. Esses servidores são alvos de mais uma reforma proposta pela dupla, a reforma administrativa, que como nos explica Orso (2020), propõe o congelamento de salários, o fim da estabilidade dos servidores públicos, a substituição de profissionais concursados por temporários, a eliminação de planos de carreira, a redução de salários e a facilitação para demissões.

Importa destacar que Paulo Guedes é um economista formado em Chicago, considerado um neoliberal puro-sangue. Além de adotar a agenda neoliberal seguida por Guedes, o presidente Bolsonaro se alinha a uma visão conservadora de sociedade.

Dourado (2019) aponta que, uma vez dentro do planalto, Bolsonaro gastou energias para derrubar ideias que ele considerava subversivas como o ensino da educação sexual nas escolas, a destruição dos estudos em humanidades nas universidades, além de lutar para que todos os cidadãos pudessem garantir o seu armamento. Essa luta armamentista foi um dos pilares de sua campanha presidencial.

O conservadorismo e o negacionismo do atual presidente trouxeram consequências ainda piores, quando em 2020 se alastrou a pandemia do novo Coronavírus, que ceifou a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo e com um número expressivo de mortes no Brasil, atingindo a lamentável margem de mais de 600 mil pessoas mortas.

Esse cenário econômico e social, orientado pela política neoliberal e conservadora do governo Bolsonaro, indica-nos que as consequências para a classe trabalhadora ainda serão sentidas por muitos anos e a superação desse cenário passa pela retomada de uma sociedade democrática, tolerante, mais humana e disposta a retomar os princípios da convivência solidária, menos odiosa e acima de tudo, comprometida com a promoção de políticas públicas de distribuição de renda, saúde e educação.

## IMPACTOS DA CONJUNTURA POLÍTICA RECENTE PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação na sociedade orientada pelo modo de produção capitalista está constantemente permeada pela luta de classes, pelas disputas em torno de projetos educativos.

Apesar dos governos petistas adotarem a conciliação como modo de governança e, portanto, tornar-se presa da própria dinâmica da política, afastando o partido dos princípios de sua base, não dá para desconsiderar os êxitos sociais nos dois governos, de

Lula e Dilma. No campo da educação, tanto Lula quanto Dilma, atuaram como coordenadores de uma política de inclusão social da educação básica ao ensino superior por meio da criação e ampliação de vários projetos e programas.

No rol dessas políticas a criação das cotas para ingresso no ensino superior público e em concursos foi sem dúvida um dos maiores feitos. Acrescenta-se ainda a cota para estudantes de escolas públicas no ensino superior público. Apesar da criação de programas que incentivaram o setor privado da educação, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), as matrículas em instituições públicas cresceram de forma significativa e na educação básica houve uma maior inclusão de crianças e jovens nas escolas.

Porém, as áreas sociais especialmente a educação sofreram um grande retrocesso com o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma. Seu sucessor aprovou uma série de medidas desastrosas para a educação pública. As reformas aprovadas como é o caso da BNCC, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum da Formação de professores (BNC/Formação), são parte do reflexo de uma concepção de educação privatista e pragmática que se consolidou no âmbito da política educacional.

Medidas como o congelamento de gastos públicos por vinte anos com a PEC 95/2017 especialmente para a área da educação tem afetado a execução do PNE 2014-2024. Com o agravamento da queda no orçamento pode-se acrescentar que o fato dos recursos do pré-sal não estarem mais disponíveis para essa pasta, ampliará o desfalque de recursos para a execução da política educacional. (PIOLLI, 2018).

Na esteira do clima antidemocrático instalado após o *impeachment*, a Reforma do Ensino Médio foi aprovada por medida provisória num primeiro momento e, na sequência, tornou-se a Lei nº 13.415/2017 sem uma ampla discussão com a comunidade escolar.

Piolti (2018) demonstra, além de outros elementos, que esse quadro poderá agravar ainda mais a precarização do trabalho docente no setor público, além de intensificar a fragilização dos direitos trabalhistas.

O processo de reformas com grande alinhamento aos interesses de grupos e institutos privados avançou para o campo da formação de professores. Segundo Machado e Jacomeli (2018), o governo atual tem desconsiderado o papel das associações científicas que anteriormente na gestão petista participava um pouco mais da elaboração de políticas para a formação de professores. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) tem realizado inúmeras ações de enfrentamento ao lado de outras associações e movimentos sociais em prol de uma política pública nacional para a formação de professores, resguardando o espaço das universidades públicas como polos de pesquisa, de formação inicial e continuada, com a garantia de processos inclusivos e democráticos cada vez mais ampliados.

No entanto, a luta da ANFOPE e sua inserção nas discussões em torno da política nacional de formação de professores mostram-se desafiadoras, tendo em vista que o bloco político no poder governamental tem encaminhado propostas com conteúdo formativo bastante alinhado a uma perspectiva pragmática, de preocupação com o aligeiramento da formação e sua adaptação as demandas da sociedade em constante mudança, fato que dificulta e rompe com a histórica função da universidade pública como espaço privilegiado e legítimo para a formação de professores.

Os desafios para pensar os rumos da educação pública após os governos Temer e Bolsonaro serão imensos. A educação tem sido atacada duplamente, primeiro na sua condição orçamentária com a queda e congelamento de recursos que poderiam ser usados

para melhorias de infraestrutura, pesquisas, valorização da carreira do professor, e em segundo, pela crescente descrença no papel histórico da escola pública, induzindo a sociedade a consolidar o obscurantismo na política educacional brasileira.

## AS PRINCIPAIS REFORMAS EDUCACIONAIS INDUZIDAS PELO MERCADO RENTISTA (BNCC, BNCC/ENSINO MÉDIO, BNC/FORMAÇÃO)

As reformas mais recentes aprovadas no campo educacional tem sido objeto de estudos e pesquisas diversos pelo país, nas quais é possível perceber a clara disputa de projetos educativos no processo de aprovação de políticas públicas de educação. A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui a BNCC e nos mostra como a educação proposta pelo governo de Michel Temer, que teve continuidade com Jair Bolsonaro, está alinhada aos interesses do capital financeiro, do entendimento da educação como mercadoria, como produto que poderá estar nas prateleiras do mercado rentista.

Primeiramente é necessário destacar que a aprovação da BNCC não foi um processo unânime. Segundo Peroni, Caetano e Arelaro (2019) sua tramitação ocorreu de forma contraditória, desconsiderando a participação das universidades públicas e as associações científicas.

O Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) que coordenou esse processo, num primeiro momento sem a presença do MEC, apresentou-se como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atuava, desde 2013, para facilitar a construção de uma base de qualidade. Esse movimento foi patrocinado pela Funda-

ção Lemann em conjunto com outras instituições públicas e privadas com o objetivo de direcionar a política educacional brasileira a partir de um projeto hegemônico para a educação. (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019, p.43).

A elaboração do documento final da BNCC foi marcada por forte influência do empresariado e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ao fazer com que a educação seja decidida por esses prestadores de serviço, Peroni, Caetano e Arelaro (2019) observam que a educação passa a ser vista como uma mercadoria e um novo negócio a ser investido, ampliando sua condição de oferta ao capital especulativo. As políticas curriculares passam a ser alvo de disputas onde a formação de um determinado perfil de trabalhador passa a ser requisitada desde a educação básica.

A pedagogia das competências e habilidades passa a ser o fundamento teórico metodológico das reformas e sua implementação reforça o mecanismo de reestruturação do modo de produção capitalista, ampliando a dualidade no acesso aos bens culturais materiais e não materiais. Na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que aprova a BNCC para a educação básica, fica claro o chamamento para o revigoramento da pedagogia das competências.

Art. 3º No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Parágrafo Único: Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no caput do art. 35-A e no §1º

do art. 36 da LDB, a expressão “competências e habilidades” deve ser considerada como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente na Lei do Plano Nacional de Educação. (PNE) (BNCC, 2017).

Malanchen e Santos (2020) ao analisarem a BNCC afirmam que houve um reducionismo do processo formativo e o discurso centrado em competências e habilidades corrobora com o movimento de descrença no papel social da escola e abre espaço para práticas formativas cada vez mais individualizadas.

Na direção de aprovar políticas articuladas aos interesses do setor produtivo de serviços e, mais recentemente do agronegócio, a Reforma do Ensino Médio a partir da Lei nº 13.415/2017 ganhou evidência na mídia com o discurso de ‘um novo ensino médio’, cujo formato, bastante flexível, possibilita o estudante ‘escolher’ seu itinerário formativo.

A Lei está abrigada por uma racionalidade maior, que alberga um conjunto de medidas, em curso ou elaboração, cujo objetivo é reconfigurar o Estado brasileiro no sentido de torná-lo ainda “mais mínimo” no que se refere às garantias dos direitos sociais e “mais máximo” para regular os interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro/ especulativo. (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p.111).

Ao fatiar o Ensino Médio por itinerários formativos, Moura Lima e Filho (2017) afirmam que é uma forma de desvincular o ensino médio da educação básica, contrariando os princípios da LDB nº 9.394/1996 e os princípios constitucionais que garantem o direito a universalização da educação na Constituição Federal de 1988.

Podemos observar que a Reforma do Ensino Médio está intimamente articulada com a BNCC aprovada para a educação básica. Com a introdução de itinerários, há um objetivo claro de desvincular o ensino médio do orçamento da educação básica pública e deixá-lo ao sabor das disputas de mercado. A validação do notório saber, a retirada de conteúdos clássicos distribuídos no formato disciplinar, a introdução de conteúdos de empreendedorismo, tudo isso é parte de um processo de mercadorização dessa etapa de formação.

No caso da reforma do ensino médio vejamos, sinteticamente, a articulação dos conceitos: a BNCC proposta só com Língua Portuguesa. Matemática e Inglês como disciplinas obrigatórias é extremamente pobre e reducionista; a realização de grande parte do ensino médio a distância e por parcerias (EAD) abre flanco total para a mercadorização; os itinerários fragmentados, com orientação para a saída precoce ao mercado induzem o chamado empreendedorismo; a centralização dos objetivos e conteúdos em torno dos indicadores de avaliação, cuja referência é o PISA, mostra o direcionamento para a competição e competitividade. (LIMA FILHO, 2019, p.132).

Tanto a BNCC quanto a Reforma do Ensino Médio estão alinhadas às competências cognitivas e socioemocionais para que assim possam “[...] garantir a constituição da sociabilidade da força de trabalho adaptada às novas demandas do capital, seja no âmbito da produção, seja no dos serviços”. (FERRETTI, 2018, p.34).

Considerando o cenário propício para a aprovação de reformas cada vez mais utilitárias e ajustadas ao modo de produção capitalista, o Conselho Nacional de Educação (CNE) propõe a

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Além desta, acrescenta-se a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Ambas as resoluções são o reflexo de uma política educacional articulada no sentido de promover o revigoramento da pedagogia das competências e habilidades no âmbito da formação dos professores.

Interessante observarmos que nos dois documentos há inúmeras passagens orientando a validação de competências e habilidades como elementos substitutivos dos conhecimentos científicos historicamente sistematizados e que compõem os currículos de formação.

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes. Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação. (BRASIL, 2019, s/p).

Essas diretrizes indicam que a formação inicial e continuada, ofertada nos cursos de licenciaturas, deverão se reorganizar a partir do que está previsto na BNCC da educação básica, sintetizando assim, o fechamento de um ciclo formativo, sob nosso entendimento,

a partir de uma formação reducionista, pragmática e flexível, ao sabor das disputas de nichos especulativos do capital financeiro que avança cada vez mais na elaboração de políticas públicas no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação do modelo neoliberal de sociedade e a indução de reformas educativas flexíveis e adaptativas a esse modelo econômico se intensificaram no país após o ano de 2016. A alavancada de um movimento reacionário e conservador no país consolidou-se em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro. De lá para cá, as reformas foram a sedimentação de um caminho para fazer com que a implementação do ideário burguês rentista fosse deliberadamente ganhando espaço na definição de políticas públicas, especialmente, para as áreas sociais.

No campo da educação, as reformas aprovadas como BNCC, Reforma do Ensino Médio e mais recentemente projeto de BNC para a formação inicial e continuada de professores representam a articulação mais afinada de uma proposta privatista e rentista da educação. Na direção de implementar os objetivos de uma formação flexível, a escola pública com sua histórica função social, pautada nos conteúdos escolares para a classe trabalhadora, perde espaço para componentes curriculares adaptativos, flexíveis e aligeirados.

As redes de ensino por meio dos seus currículos passam a reorganizar-se em torno da pedagogia das competências e habilidades, cuja lógica reitera a individualização do processo formativo e estabelece a meritocracia como condicionante para o alcance de um lugar privilegiado na sociedade escamoteando a luta de classes e ampliando as desigualdades sociais, que são a partir de então justificadas não pelo modelo econômico, mas porque os indivíduos não se esforçam para alcançar o sucesso.

O sentido da formação escolar socializadora de conhecimentos científicos e culturais mais avançados, como direito público, garantido pelo Estado, passa a ser substituído pelo voluntarismo e pela disposição individual de cada um em buscar aquilo que melhor adapte à sua condição socioeconômica.

Reiteramos que as reformas aprovadas e citadas neste texto são o reflexo de uma política educacional que segue a cartilha de um projeto de sociedade e educação que tem prezado pela polarização, pela disputa ideológica e de espaço político para manutenção de um bloco no poder alinhado ao capital financeiro. A polarização, os discursos de descrença no papel da escola e das universidades, o crescente movimento negacionista têm contribuído para fazer valer a qualquer custo uma política educacional separatista, desigual, competitiva, obscurantista e ausente de uma formação humana qualificada por meio de conhecimentos que historicamente garantiram a produção e reprodução da humanidade.

## Referências

---

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 10fev. 2020, p. 87-90.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2017. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20fev 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.95**. Brasília, DF. 2016.

ANDERSON, P. **Brasil à Parte: 1964-2019**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.**; São Paulo: Boitempo Rio de Janeiro: Brasil 2013.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

COSTA, A. M.. Saúde é desenvolvimento. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.**; São Paulo: Boitempo Rio de Janeiro: Brasil 2013.

DOURADO, L. F. Estado, educação e democracia no Brasil: Retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019, p. 1-24.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, 2018.

LIMA FILHO, D. A Reforma do Ensino Médio e a construção de nossa resistência em defesa da educação pública. **Revista Caderno de Pesquisa**, vol. 26, n.4. 2019.

FIORI, José Luiz. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.**; São Paulo: Boitempo Rio de Janeiro: Brasil 2013.

MACHADO, Cristiane; JACOMELI Mara R.M. O golpe e a gestão democrática das escolas. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. dos. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica

versus a base nacional curricular comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, v.20, 2020, p.1 - 20.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. **A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais**. Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, jan./jun 2017, p. 109-129.

NETO, L. B.; SANTOS, F. R. Agosto de 2016: a verdadeira face do golpe de Estado no Brasil. In: Lucena, Carlos; Santana, Fabiane. **A crise da Democracia Brasileira**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p.157-176.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Dez anos de política para as mulheres: avanços e desafios. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.**; São Paulo: Boitempo Rio de Janeiro: Brasil 2013.

ORSO, P. J. **Um espectro ronda a escola pública**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. I.; ARELARO, L. R. G.. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 1, p. 035-056, 2019.

PIOLLI, Evaldo. Mercantilização da educação, a reforma trabalhista e os professores: o que vem por aí? In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SANTOS, S. A.; MALANCHEN, J.. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. In: LUCENA, Carlos; SANTANA, Fabiane. **A crise da Democracia Brasileira**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p.177-190.